

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br)	Boa Vista	Política	18/01/2018

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

 / folhabv**FOLHA**
DE BOA VISTA

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

encontre na folhabv.com.br

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

DADOS DA FIER

Balança comercial roraimense fecha 2018 com saldo positivo

Mesmo com resultado positivo, valores foram abaixo do esperado e tiveram redução significativa em comparação com o ano de 2017

Por [Ana Paula Lima](#)

Em 18/01/2019 às 00:30



Para a coordenadora técnica da Fier, Karen Telles, expectativa para 2019 é que resultados sejam melhores, a aposta é na soja (Foto: Nilzete Franco/Folha BV)

A balança comercial roraimense fechou com saldo positivo em 2018, de acordo com dados divulgados pela Federação das Indústrias do Estado de Roraima (Fier). O saldo calculado ficou em US\$ 6.399.250, porém, houve uma queda de aproximadamente 416% em comparação 2017, quando chegou ao valor total de R\$ 33.008.393.

O cálculo se dá a partir da comparação entre os valores gerados pelas exportações e importações feitas no Estado. No saldo, o registro acontece com a

diferença entre as duas operações, e mantém-se a expectativa de que o número de exportações seja maior que o da compra de produtos dos outros países.

Nos dados de 2018, somente nos meses de fevereiro e março, os valores da balança comercial foram superiores quando se compara ao ano anterior, destacando-se pela comparação de novembro, quando, em 2017, o saldo chegou a US\$ 21.774.927 e, em 2018, foi registrado o valor de US\$ 618.642. Em janeiro, maio, junho e dezembro, o registro das exportações foi menor que os das importações, resultando um saldo negativo.

A avaliação feita pela instituição justificou que os dados das importações não apresentaram grandes variações, já que Roraima importa produtos para a sua produção ou insumos que não são encontrados com facilidade no mercado nacional, como itens de informática. A China retém 73,19% das importações roraimenses, seguida da Tailândia, com 6,29%, e da Venezuela, com 5,54%.

Conforme relatou a coordenadora técnica da Fier, Karen Telles, uma das explicações para a queda expressiva no saldo da balança pode estar relacionada à falta de identificação nos registros da exportação da soja roraimense.

“Não estamos dizendo que não houve a exportação de soja produzida no Estado, mas não conseguimos identificar essa movimentação até o mês de dezembro”, revelou.

Entre as possibilidades para esse cenário, está a venda para o mercado interno. O grão pode estar estocado para operações de exportação em que o preço esteja mais favorável ou as operações não terem saído pelo Estado de Roraima e, sim, o processo ter sido feito através de escritórios no Amazonas. “Quando isso acontece, registra o resultado no Amazonas, o que é uma pena”, completou.

Mesmo com os resultados adversos, a soja roraimense continua criando grandes apostas para investimentos em Roraima. Os especialistas técnicos avaliam que, com a produção constante e crescente, é possível que haja uma potência na cadeia produtiva. “É por isso que é muito importante que qualquer produto estadual, ao ser exportado, tenha a origem declarada daqui ou estamos fortalecendo a economia de outro Estado”, completou.

Venezuela é a maior importadora da produção roraimense

O maior mercado para exportação roraimense é a Venezuela, com um total de 54,82% do mercado comercial, com gêneros alimentícios e de higiene. As operações feitas com o país vizinho também mudaram e acontecem somente com pagamento antecipado por parte do governo de Nicolás Maduro.

“Quando falamos em mercado internacional, falamos da moeda global, o dólar. Só que a Venezuela está fazendo por meio de pagamento com a moeda brasileira”, disse William Sales, técnico de operações do Centro Internacional. A Holanda foi o segundo maior destaque das exportações, com 20,55% do destino

da produção roraimense, com a compra de madeira. A Guiana ficou em terceiro, com 10,69%, sendo a maior parte com água e refrigerante.

EXPECTATIVAS – Para 2019, Karen avalia que há uma série de fatores políticos que influenciam na economia, tanto no âmbito federal quanto estadual. Com a transição governamental, se espera pelas medidas da gestão estadual que devem ser adotadas para viabilizar o aumento da produção industrial. “Sabemos que o grande mote da nova proposta de governo é da produção agrícola e achamos isso muito positivo, até porque, para termos uma base industrial, precisamos de matéria-prima”, destacou.

Ela enfatizou que foram enviados para o governo do Estado alguns pontos que são esperados para todo o setor e que possa se desenvolver uma política de desenvolvimento em Roraima, focando na redução da carga tributária e diminuição dos problemas de infraestrutura que ainda são encontrados e impactam nas exportações.

Arroz é destaque na exportação e aparelhos de ar-condicionado são mais importados



Arroz foi o produto mais exportado de Roraima. Com produção maior este ano, soja não teve destaque (Foto: Nilzete Franco/Folha BV)

Nos registros feitos pela Fier, o arroz foi o produto roraimense mais exportado durante 2018, com valor total de US\$ 4.480.951, representando 28,08% da participação comercial. O setor madeireiro, que vem se recuperando após passar por uma queda significativa a partir de 2012, quando a crise financeira na Venezuela começou a ter mais expressividade, ficou em segundo, com 13,53% e US\$ 2.158.844.

A soja ficou em terceiro entre os mais exportados com um total de R\$ 1.778.506 e 11,15% de participação comercial. De acordo com a técnica da Fier, a perspectiva calculada pela produção do grão roraimense era que pudesse

ultrapassar os valores da exportação de arroz. Produtos como pedras preciosas e de alimentos completam a lista das exportações no ano passado.

Já em relação às importações, aparelhos de ar-condicionado foram os principais, sendo 42,06% na participação e um valor total de US\$ 4.018.933. A borracha ficou em segundo, com US\$ 2.798.966, o que corresponde a 29,29%. Em terceiro, os equipamentos de informática, com US\$ 749.269 e 7,84% da participação. Parte de veículos automóveis, plásticos, ferro e insumos médicos também tiveram destaque nos produtos exportados. (A.P.L)

<https://www.folhabv.com.br/noticia/Balanca-comercial-roraimense-fecha-2018-com-saldo-positivo/48822>

VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Roraima em Foco (https://roraimaemfoco.com)	Boa Vista	Variedades	17/01/2018



COMITIVA INTERMINISTERIAL VISITA INSTALAÇÕES DE ABRIGOS DA OPERAÇÃO ACOLHIDA

Política Publicado em 17 de janeiro de 2019



Ministros chegaram na companhia do governador do Estado Antonio Denarium e de secretários estaduais – Foto: Neto Figueredo e Fernando Oliveira

A Comitiva interministerial chegou ao Posto de Triagem da Operação Acolhida, que fica ao lado da sede da Polícia Federal, em Boa Vista, por volta das 14h50 desta quinta-feira, 17, acompanhada do governador de Roraima, Antonio Denarium.

Os ministros visitaram as instalações da unidade e conheceram os atendimentos oferecidos aos imigrantes venezuelanos. Após cumprir agenda de visita no Posto de Triagem da Operação Acolhida, a Comissão visitou o Posto de Informação aos Imigrantes, que funciona ao lado da Rodoviária Internacional de Boa Vista.

O espaço foi inaugurado há quatro meses para orientar imigrantes recém-chegados ao Estado sobre emissão de documentos e regularização. O posto abrange setores auxiliares como guarda-volumes, espaço para crianças, posto de distribuição de donativos e área para pernoite. Pelo menos 50 imigrantes são atendidos por dia.



Em parceria com a Agência da ONU (Organização das Nações Unidas) para Refugiados e a Onu Migração, também são oferecidos atendimentos odontológicos e clínicos. Depois de conhecer o Posto, a Comitiva seguiu para o abrigo Rondon 3.

Dando continuidade à agenda de compromissos, às 17 horas está marcada uma reunião com o governador Antonio Denarium, no Salão Nobre do Palácio Senador Hélio Campos, onde serão apresentados dados sobre a atual situação social e econômica do Estado.

A reunião, que também terá participação de representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, além de prefeitos e autoridades convidadas, será restrita aos técnicos dos governos federal, estadual e municipais.

A programação desta quinta termina com uma coletiva à imprensa, às 17h40, onde o governador Antonio Denarium e os ministros apresentarão o balanço das visitas.

Pacaraima

Na sexta-feira, 18, os ministros vão à Pacaraima, por volta das 9 horas, para conhecer as ações desenvolvidas pela Força-Tarefa Logística Humanitária, na fronteira com a Venezuela. Eles retornarão à Capital ao meio-dia.

Bruna Alves e Adumar Júnior

<https://roraimaemfoco.com/comitiva-interministerial-visita-instalacoes-de-abrigos-da-operacao-acolhida/>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site G1 (https://g1.globo.com)	Brasil	Economia	18/01/2018

Governo Bolsonaro tem até abril para definir regra para reajustar salário mínimo; entenda

Com o fim da vigência da lei aprovada em 2015, Executivo fica livre para definir se haverá reajuste anual e, em caso positivo, como ele será calculado; mudança afeta 48 milhões de brasileiros.

Por BBC

18/01/2019 07h48 Atualizado há 3 horas



O reajuste do salário mínimo anunciado no primeiro dia de governo Bolsonaro, **de R\$ 954 para R\$ 998**, impactou diretamente a vida de pelo menos 48 milhões de brasileiros.

Esse é o número estimado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) de pessoas que têm a renda referenciada no mínimo, seja porque esta é sua remuneração ou porque recebem aposentadoria ou pensão do INSS.

O valor sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro é R\$ 8 inferior ao que já havia sido aprovado pelo Congresso no Orçamento enviado pela equipe de Temer, R\$ 1.006.

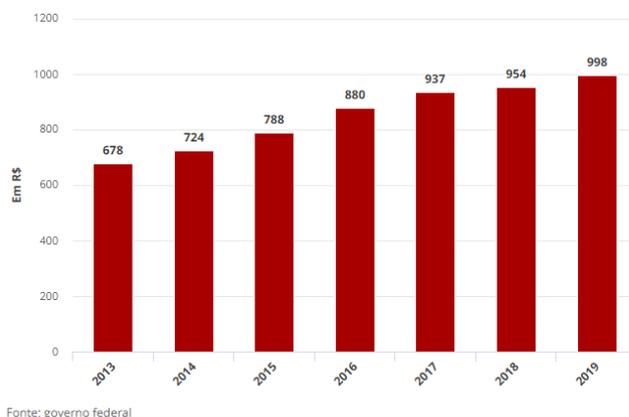
A mudança gerou insatisfação em muita gente, mas estava dentro da lei: levou em consideração o PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes - o de 2017, que foi de 1% - e a inflação do ano anterior - o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) em 2018, que será informado apenas no fim deste mês e que foi estimado em 3,6%.

A proposta feita pela equipe de Temer incorporava uma projeção mais elevada para a inflação de 2018, de 4,2%.

- **Salário mínimo volta a ter ganho real após 2 anos**
-

Salário mínimo até 2019

Veja a variação dos valores nos últimos anos



Desde 2011 o Brasil usa a mesma fórmula para o cálculo. Ela foi negociada pelas centrais sindicais ainda no governo Lula, adotada por volta de 2008 e formalizada em lei no governo Dilma Rousseff. A medida, com duração de 4 anos, foi renovada em 2015 e perde a validade neste ano.

O salário mínimo é uma medida importante não apenas no Brasil ou em países com alto nível de pobreza - nos últimos anos, ele tem sido tema nacional de debate inclusive em países desenvolvidos.

Parte dos economistas acredita que, em um mundo em que os sindicatos perdem cada vez mais relevância e os laços entre empresas e empregados se tornam mais etéreos, a existência de um patamar mínimo de renda fixado pelo Estado é um importante mecanismo para evitar o aumento da desigualdade.

Outros defendem que um valor estipulado por lei como nível mínimo das remunerações desestimula contratações formais, na medida em que torna mais cara a folha de pagamentos das empresas, e, por isso, aumenta o desemprego.

O que vai acontecer com o salário mínimo daqui para frente?

Em tese, o novo governo tem até abril para definir se mantém a regra atual ou se propõe algo diferente.

Com o fim da vigência da lei aprovada em 2015, o Executivo fica livre para definir se haverá reajuste anual e, em caso positivo, como ele será calculado - se baseado apenas no índice de inflação, por exemplo, em vez da fórmula "inflação mais PIB".

Abril é o prazo para que o Executivo envie ao Congresso a proposta de Orçamento para 2020 - e, como o salário mínimo é base para uma série de pagamentos da União, como as aposentadorias, a equipe econômica precisa estipular seu valor para ter uma dimensão de quanto vai gastar.

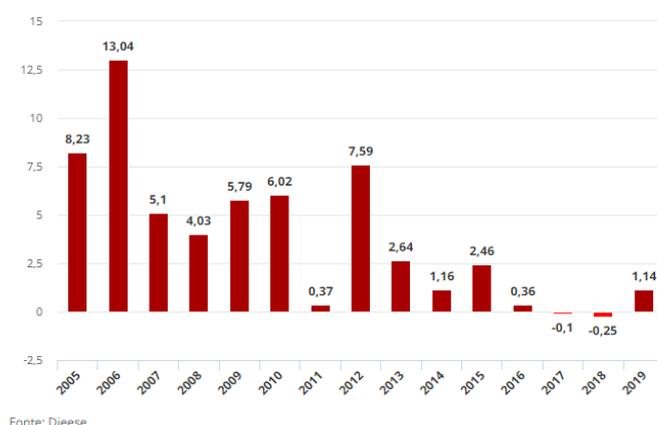
Na prática, o governo teria até o fim do ano para formalizar a mudança através de um projeto de lei.

Uma das questões em torno do salário mínimo é justamente seu impacto sobre as finanças do governo. A Constituição de 1988 o fixou como piso dos benefícios pagos pelo INSS, pela assistência social e para o seguro desemprego.

O Dieese estima, por exemplo, que cada real de reajuste no salário mínimo aumenta em cerca de R\$ 302 milhões os gastos da Previdência em um ano.

Aumentos reais do salário mínimo

Ganho frente à inflação medida pelo INPC, em %



Fonte: Dieese

Salário mínimo e reforma da Previdência

Ao contrário do reajuste em si, que deve ser proposto por meio de Projeto de Lei, a indexação do salário mínimo aos benefícios previdenciários e assistenciais só poderia ser modificada por meio de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional), que exige apoio mais amplo do Congresso para ser aprovada.

Algumas das propostas de reforma da Previdência apresentadas durante a transição de governo ao ministro da Economia, Paulo Guedes, contemplam essa desvinculação - entre elas está o estudo apresentado pelos economistas Paulo Tafner e Armínio Fraga e outro entregue pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) com apoio de entidades previdenciárias.

"Esse vai ser um debate simultâneo ao do financiamento da Previdência", diz Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese.

A entidade, mantida pelo movimento sindical, defende a manutenção do vínculo entre salário mínimo e benefícios pagos pelo INSS para "garantir certa distribuição da riqueza" produzida pelo país e um nível mínimo de renda para as classes mais baixas.

"Isso (o reajuste pela regra atual e a indexação) é insustentável indefinidamente (do ponto de vista das contas públicas)? Pode ser, mas o salário mínimo já é muito aquém do necessário", ele afirma.

O Dieese estima em cerca de R\$ 3.960,00 o "salário mínimo necessário", que atenderia necessidades básicas de uma família conforme estabelecido na Constituição, como moradia, alimentação, educação, saúde e transporte.

Para especialistas como o professor da FGV-EBAPE Kaizô Beltrão, não faz sentido que as aposentadorias e pensões sejam reajustadas pela mesma regra que corrige os salários de quem está na ativa.

"O reajuste deveria ser apenas a reposição da inflação, já que o discurso do salário mínimo é o de (incorporação nos salários dos) ganhos de produtividade".

O governo deve apresentar sua proposta de reforma da Previdência no início de fevereiro e ainda não se manifestou sobre o salário mínimo - seja em relação à indexação ou à fórmula de reajuste.



Equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, tem até abril para enviar ao Congresso proposta orçamentária, que inclui previsão de despesas com rubricas vinculadas ao salário mínimo. — Foto: Eraldo Peres/AP

Uma década de redução da desigualdade

A valorização do salário mínimo é apontada como um dos motores por trás da redução da desigualdade que o Brasil assistiu entre 2004 e 2015.

Seu valor, que correspondia a cerca de 25% da renda média no país em 1995, saltou para mais de 40% recentemente, destaca o coordenador do Centro de Políticas Públicas (CPP) do Insper, Naercio Menezes Filho.

O economista lembra que, pela regra atual, o mínimo praticamente não sofreria aumento real pelos próximos dois anos. Isso porque o crescimento esperado para a economia para 2018 e 2019 - o PIB, variável que compunha o cálculo junto com o INPC - ainda é modesto.

"A questão seria se a economia voltar a crescer, quando a regra pode ter impacto forte sobre as contas públicas", ele pondera.

Nesse sentido, ele avalia que uma boa fórmula, "mais cautelosa", levaria e conta a inflação mais crescimento do PIB per capita, em vez do PIB em si.

Visto por muitos especialistas como indicador de bem-estar, o PIB per capita é a razão entre a riqueza produzida pelo país e seu número de habitantes - e, por isso, costuma variar menos do que o PIB.

"O que não pode acontecer é voltar ao que já aconteceu, quando o salário mínimo chegou a ficar sem qualquer reajuste", defende o especialista.

A polêmica do salário mínimo nos países desenvolvidos

Depois de 15 anos de discussões, a Alemanha instituiu seu salário mínimo nacional em 2015. Até então, o que valiam eram os pisos salariais negociados por cada categoria com as entidades patronais.

Demanda antiga do Partido Social Democrata (SPD), ele entrou na pauta do Legislativo quando os democrata-cristãos (CDU) da sigla da chanceler Angela Merkel tiveram de fazer uma ampla coalizão com o partido rival em nome da governabilidade.

O salário mínimo de 8,5 euros por hora - reajustado para 9,19 euros por hora em 2019 - foi adotado sob forte oposição das empresas. Na época, uma estimativa do Deutsche Bank projetava a perda de cerca de 400 mil postos de trabalho por causa da medida, que teoricamente tornaria alguns funcionários caros demais para as empresas.

Até o ano passado, a comissão formada por representantes das empresas, de sindicatos e da academia, a Mindestlohn Kommission, não havia encontrado evidências de impacto significativo.

"Em um nível macroeconômico, a introdução de um salário mínimo estatutário não mostrou efeitos mensuráveis em indicadores padrão de competitividade como custo do trabalho, custo unitário do trabalho, produtividade e lucro", diz o documento divulgado em junho de 2018.

"O salário mínimo virou uma forma de tentar proteger a renda dos mais pobres", diz Naercio Menezes Filho, do Insper.

Também nos países desenvolvidos os sindicatos, que já tiveram grande poder de barganha para negociar salários, têm perdido força. O número de empregados na indústria diminuiu e o do setor de serviços, mais pulverizado e com menor representação sindical, só aumenta.

Nos Estados Unidos, pontua o economista, a queda nos salários reais - ou seja, quando descontada a inflação - nos últimos anos ajuda a explicar o aumento da desigualdade no país. E é por isso que o debate sobre salário mínimo também está em ebulição entre os americanos.

Um dos exemplos com maior repercussão é o da cidade de Seattle, que aprovou em 2014 uma lei que aumentava o salário mínimo de US\$ 9,47 por hora para US\$ 15, o dobro do piso federal na época.

A justificativa foi o avanço da desigualdade de renda e da pobreza na cidade desde a crise financeira de 2008.

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/18/governo-bolsonaro-tem-ate-abril-para-definir-regra-para-reajustar-salario-minimo-entenda.ghtml>